

## **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL n.º CPI/1/2025**

### **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

## PARTE I CLÁUSULAS JURIDÍCAS

### 1. OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por Concurso Público, com publicidade internacional, que tem por objeto principal o “Fornecimento de refeições escolares” para a comunidade escolar da Jobra – Associação de Jovens da Branca, conforme Especificações Técnicas.

### 2. REQUISITOS DE NATUREZA SOCIAL OU AMBIENTAL

**2.1.** No exercício da atividade decorrente do presente contrato, o cocontratante obriga-se ao cumprimento das regras de Segurança e Ambiente, impostas pela JOBRA e que se encontram descritas em **Anexo I – Regras de Segurança e Ambiente para Empresas**.

**2.2.** O cocontratante entregará à JOBRA o levantamento dos Aspetos Ambientais e a Identificação de Perigos e Avaliação e Controlo de Riscos, ou solicitará e dará permissão por escrito, à JOBRA, para que se realizem aqueles levantamentos e os entregue aos seus colaboradores.

### 3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

**3.1.** Será celebrado contrato escrito entre a JOBRA e o Cocontratante, nos termos do disposto nos artigos 94º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), que será objeto de prévia aprovação pela Direção da JOBRA e enviado à apreciação do Cocontratante, que refletirá o disposto no presente Caderno de Encargos e todos os demais direitos e obrigações das partes.

**3.2.** O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado e integra, ainda:

- Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- O presente Caderno de Encargos;
- A proposta adjudicada; e
- Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.

**3.3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

**3.4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 3.2. e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º

do CCP e que tenham sido aceites pelo Cocontratante, nos termos do disposto no artigo 101º do mesmo Código.

#### 4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados, de acordo com as especificações descritas nas Cláusulas Técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos e em dois locais distintos, a considerar:

Designação	Escola	Localização
LOCAL 1	ARTJ – Escola Profissional de Artes Performativas	Centro Cultural da Branca, sito na R. Barro Branco s/n, Casaldima - Branca, 3850-564 Branca Alb
LOCAL 2	ADJ – Academia de Desporto da Jobra	Pavilhão Polidesportivo de Angeja, sito na Rua do Pavilhão, 3850-558 Angeja

#### 5. PRAZO DO CONTRATO

**5.1.** O contrato mantém-se em vigor, pelo prazo de 11 (onze) meses, a iniciar a 01 de setembro de 2025 e cessará em 31 de julho de 2026, renovável por período subsequente, se nenhuma das partes o denunciar, até ao limite máximo de 22 meses a que corresponderão os anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato e da sua renovação.

**5.2.** A denúncia deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

#### 6. VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**6.1.** O montante a pagar pela totalidade da prestação de serviços, não excederá os **697 277,34€** (seiscentos e noventa e sete mil e duzentos e setenta e sete euros e trinta e quatro centavos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um fornecimento estimado de **131 314** (cento e trinta e uma mil trezentas e catorze) refeições com um preço unitário por refeição máximo de **5,31€** (cinco euros e trinta e um centavos), acrescido de IVA à taxa legal, que corresponderão aos anos letivos **2025/2026 e 2026/2027**, correspondendo, por cada período de execução do contrato a quantia de **348 638,67€** (trezentos e quarenta e oito mil seiscentos e trinta e oito euros e sessenta e sete centavos);

**6.2.** Para efeitos de previsão de número máximo de refeições a serem servidas diariamente, nos respetivos locais, estima-se que por ano letivo tenhamos:

- 199 (cento e noventa e nove) alunos inscritos no LOCAL 1, dos quais 130 (cento e trinta) alojados que poderão vir a usufruir de jantar;
- 160 (cento e sessenta) alunos no LOCAL 2, dos quais 40 (quarenta) alojados que poderão vir a usufruir de jantar;

- 6.3.** O valor total apresentado resulta de estimativas efetuadas com base nas necessidades previsíveis das escolas. O número efetivo de refeições poderá variar em função das marcações realizadas pelos alunos, não sendo garantido ou indicado um volume mínimo obrigatório, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade à entidade adjudicante sobre este facto;
- 6.4.** Caso não seja fornecido o número de refeições previsto para cada um dos períodos de execução do contrato, o cocontratante não terá direito à perceção do respetivo valor.
- 6.5.** O pagamento dos valores devidos será efetuado, até 30 (trinta) dias a contar da data da receção das faturas correspondentes a cada período mensal de serviços prestados;
- 6.6.** Os pagamentos serão efetuados por transferência bancária.

## **7. OBRIGAÇÕES DA JOBRA**

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na lei e no presente Caderno de Encargos, a JOBRA obriga-se a:

- 7.1.** Efetuar o controlo de qualidade do fornecimento contratado;
- 7.2.** Monitorizar o fornecimento de refeições, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios registados, identificar as causas e solicitar ao cocontratante a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
- 7.3.** Calcular os custos de oportunidade do fornecimento contratado para tomada de decisão quanto a denúncia e/ou resolução do contrato;
- 7.4.** Verificar se o cocontratante emprega recursos de forma suficiente para a execução do fornecimento contratado e no prazo acordado;
- 7.5.** Designar o Gestor do contrato;
- 7.6.** O pagamento do preço contratado após a receção das respetivas faturas ou equivalente, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, em geral, por transferência bancária;
- 7.7.** Comunicar ao cocontratante, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos fornecimentos efetuados, valores faturados e os respetivos fundamentos;
- 7.8.** Garantir ao cocontratante os meios de acesso às suas instalações para a adequada prestação dos serviços de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens.

## **8. OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o cocontratante obriga-se a:

- 8.1.** Fornecer as refeições escolares com qualidade e garantia dos resultados definidos, de acordo com as especificações definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, bem

como emitir relatórios de níveis de serviço, se solicitados, que permitam à JOBRA monitorizar o contrato celebrado;

**8.2.** Não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;

**8.3.** Efetuar o fornecimento das refeições nos locais identificados e exclusivamente por pessoal devidamente qualificado;

**8.4.** Todo o equipamento necessário à execução do fornecimento ~~à prestação de serviços~~ terá de estar permanentemente operacional, devendo ser substituído ou reparado de imediato, em caso de avaria ou mau funcionamento;

**8.5.** Apresentar por escrito e presencialmente a equipa de trabalhadores a afetar ao fornecimento ~~à prestação de serviços~~, com indicação dos nomes, competências e atividades a que ficam afetos;

**8.6.** Tratar com urbanidade todos os colaboradores e utentes da JOBRA;

**8.7.** O pessoal do cocontratante, a afetar ao fornecimento, ~~que executa os serviços~~, deve munir-se da competente identificação ao aceder às instalações da JOBRA, cumprir regras de boa imagem e higiene apresentando-se com um uniforme cuidado bem como cumprir as normas internas da organização;

**8.8.** Substituir os colaboradores afetos ao fornecimento quando tal seja solicitado pela JOBRA, de forma fundamentada, mediante envio de comunicação escrita.

**8.9.** Comunicar à JOBRA a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;

**8.10.** Não proceder a aumentos de preço das refeições, exceto os decorrentes das atualizações legais, sendo todos os preços praticados pelo cocontratante previamente autorizados pela JOBRA;

**8.11.** Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a JOBRA tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;

**8.12.** Comunicar antecipadamente, à JOBRA, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de refeições ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal foi aceite e oportuno, a restabelecer a prestação contratual ou reparar o incumprimento em prazo razoável;

**8.13.** Enviar mensalmente listagem referente ao consumo de refeições por aluno ou fornecer acesso ao programa que permita extrair os dados;

**8.14.** Retificar a faturação sempre que após a verificação, por parte da JOBRA, sejam detetadas incongruências no número das refeições servidas;

**8.15.** Sem prejuízo do disposto no ponto 8.10 supra, a atualização dos encargos, só será admitida, caso haja por parte do programa financiador dos cursos profissionais o correspondente aumento do subsídio de alimentação ao aluno/utente, desde que se verifiquem aumentos dos salários do pessoal do cocontratante, por imposição de nova tabela salarial, publicada no Boletim do trabalho e do emprego.

**8.16.** Emitir as faturas eletrónicas, respeitando o preceituado no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, após o vencimento da obrigação e comunica-la à Jobra através do Portal de receção de documentos ILink Digital Sharing, acessível em <https://www.ilink.pt>;

**8.17.** As faturas devem discriminar as refeições fornecidas, indicando o número real de refeições consumidas, devendo conter igualmente a referência interna do procedimento.

**8.18.** Prestar os esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados na fatura ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou equivalente;

**8.19.** Comunicar, à JOBRA, quando a execução do volume de refeições atinja uma taxa de 75%.

**8.20.** Manter durante a execução do contrato, o licenciamento da atividade legalmente exigido, bem como a situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social;

**8.21.** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

**8.22.** Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não as utilizar para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, trabalhadores e colaboradores, ou terceiros, que nelas se encontrem envolvidos;

**8.23.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à JOBRA, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**8.24.** A afetar à execução do fornecimento de refeições, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência definido no número 8 do presente caderno de encargos, em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.

§Único - Nos termos dos n.º 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto na alínea anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executam tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

## **9. PENALIDADES CONTRATUAIS**

**9.1.** Sem prejuízo do direito de resolução do contrato e das demais penalidades previstas na Lei, a JOBRA pode, em qualquer altura, por comprovado incumprimento das obrigações que sobre o cocontratante

recaem, nos termos do contrato ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, aplicar penalidades nos termos dos números seguintes.

**9.2.** O incumprimento é comunicado pela JOBRA ao cocontratante, após avaliadas as não-conformidades e a sua gravidade, sendo garantida a prévia defesa.

**9.3.** Na determinação da gravidade do incumprimento, a JOBRA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

**9.4.** O cocontratante não incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, devendo para isso comunicar e justificar tais situações à JOBRA, logo que delas tenha conhecimento, por qualquer meio escrito, bem como informar sobre o prazo previsível para restabelecer a situação.

**9.5.** Em face da confirmação de incumprimento, a JOBRA poderá aplicar ao cocontratante as seguintes penalidades, em função da determinação da gravidade:

- a) advertência;
- b) sanção em valor quando for avaliada conformidade da prestação dos serviços inferior a 80% do contratado, calculada sobre o valor fixo a pagar mensalmente pela prestação do serviço (valor da sanção =  $(0,80 - \text{pontuação média apurada em auditoria de serviços, a qual é inferior a } 0,80) \times \text{valor mensal do contrato}$ );
- c) será cumulativamente aplicada sanção em valor por cada não-conformidade grave, do seguinte modo:
  - i. 2% (dois por cento) se 2 (dois) a 4 (quatro) incumprimentos muito graves;
  - ii. Acrescida de 1% (um por cento) por cada 4 (quatro) incumprimentos muito graves;
  - iii. 1% (um por cento) se 2 (dois) a 6 (seis) incumprimentos graves/mês;
  - iv. acrescida de 0,5% (meio por cento) por cada 6 (seis) incumprimentos graves.

**9.6.** A JOBRA, para garantir o fiel pagamento das sanções, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo cocontratante, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

**9.7.** A aplicação de penalidades pecuniárias não obsta a que a JOBRA exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **10. FORÇA MAIOR**

**11.1** Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações e ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excepcionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à



vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**11.2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**11.3.** Não constituem força maior, nomeadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

**11.4.** A ocorrência de circunstâncias ou acontecimentos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

**11.5.** Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.

## **11. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual depende da autorização da JOBRA, nos termos do CCP.

**11.2.** Para efeitos desta autorização, o subcontratado ou cessionário deverá apresentar, ao cocontratante, toda a documentação exigida no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato, sendo posteriormente apresentada à JOBRA.

**11.3.** O cocontratante não poderá, por qualquer forma subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da JOBRA.

**11.4.** A JOBRA deverá, ainda, ter acesso a informação que permita verificar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.



## **12. RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

**12.1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos no CCP e demais legislação em vigor, a JOBRA pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave e/ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pela não-conformidade na prestação do serviços e não-aceitação dos fundamentos invocados inoportunidade da existência do serviço nas condições em que é prestado.

**12.2.** O normal funcionamento das refeições se encontre gravemente prejudicada;

**12.3.** Diminuição sensível e sistemática da quantidade ou da qualidade dos alimentos e/ou das bebidas;

**12.4.** Prática de atos dolosos ou negligentes que prejudiquem a quantidade ou qualidade dos produtos fornecidos ou o normal funcionamento do refeitório;

**12.5.** Obstrução à atuação do serviço da entidade a quem compete a inspeção, quando esta é realizada nos termos do presente Caderno de Encargos;

**12.6.** Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos;

**12.7.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias.

**12.8.** O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração escrita enviada pela parte que aplica a resolução, à outra parte, e produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se a parte alvo de sancionamento cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

## **13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO**

**13.1.** Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte.

**13.2.** As alterações ao contrato devem constar de documento escrito, assinado pelo cocontratante e pela JOBRA, sendo que produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura;

**13.3.** Podem ser consideradas modificações ao contrato, nomeadamente, as decorrentes de alterações em matéria de convenções coletivas de trabalho, nos termos previstos no ponto 9.10, do presente Caderno de Encargos.

**13.4.** A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte, essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

**13.5.** O contrato pode ser modificado por:

- Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- Decisão judicial ou arbitral;
- Razões de interesse público.

**13.6.** A modificação do contrato não pode conduzir à alteração de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

#### **14. ARBITRAGEM E FORO COMPETENTE PARA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

**14.1.** Previamente ao recurso às instâncias judiciais, por acordo entre as partes e para solucionar questões emergentes do presente contrato, pode, a JOBRA, e o cocontratante, recorrer a uma Comissão de Arbitragem nos seguintes termos:

- a. A Comissão de Arbitragem será composta por três elementos, um representante de cada parte e um terceiro elemento escolhido por acordo entre as partes;
- b. Da decisão da Comissão de Arbitragem ou na ausência de acordo caberá recurso a um Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, um nomeado por cada parte e um terceiro Árbitro escolhido por aqueles dois o qual presidirá e terá voto de desempate. O Tribunal Arbitral funcionará e decidirá com equidade e de acordo com as regras previstas na Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro;
- c. As partes comprometem-se a aceitar e a fazer cumprir as decisões tomadas pelo Tribunal Arbitral e renunciam ao direito de intentar e fazer prosseguir uma ação judicial com vista à revisão da sentença Arbitral tomada nos termos da Lei e dos termos contratuais.

**14.2.** O foro para dirimir as questões oriundas da execução do Contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, excluindo qualquer outro.

#### **15. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

**15.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

**15.2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **16. CONTAGEM DE PRAZOS**

**16.1.** Os prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e não lhes é aplicável, em caso algum, o artigo 88º do mesmo Código - Cfr. artigo 470º do CCP.

**16.2.** Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

#### **17. PROTEÇÃO DE DADOS**

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do contrato de fornecimento objeto do presente procedimento.

## PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

### 18. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**18.1.** No âmbito do presente fornecimento de refeições escolares, estabelece-se uma articulação funcional entre dois estabelecimentos de ensino profissional, entidades proprietárias da JOBRA - Associação de Jovens da Branca, designadamente:

Designação	Escola	Localização
LOCAL 1	ARTJ – Escola Profissional de Artes Performativas	Centro Cultural da Branca, sito na R. Barro Branco s/n, Casaldima - Branca, 3850-564 Branca Alb
LOCAL 2	ADJ – Academia de Desporto da Jobra	Pavilhão Polidesportivo de Angeja, sito na Rua do Pavilhão, 3850-558 Angeja

**18.2.** As confeções das refeições são realizadas no LOCAL 1, em cozinha modular devidamente equipada e instalada em regime chave na mão pela entidade adjudicatária. Esta será também responsável pelo transporte diário das refeições até ao LOCAL 2, onde será assegurada a sua distribuição aos alunos pela entidade Adjudicatária.

**18.3.** A empresa adjudicatária compromete-se a adotar medidas de eficiência energética e a evitar consumos desnecessários, contribuindo para a sustentabilidade ambiental do serviço prestado.

**18.4.** Esta solução visa garantir a eficiência do serviço, o cumprimento das normas legais aplicáveis em matéria de higiene, segurança e qualidade alimentar, e uma coordenação eficaz entre os dois polos educativos, promovendo uma resposta integrada às necessidades alimentares dos seus utentes.

**18.5.** O número de refeições previstas (almoços e jantares) é de **131 314** (cento e trinta e uma mil trezentas e catorze) refeições sendo que se prevê com um preço unitário, por refeição, estipulado até ao limite 5,31€ (cinco euros e trinta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, para o ano letivo **2025/2026 e 2026/2027**.

**18.6.** A refeição deverá ser constituída por:

- 18.6.1. Um pão – normal ou de mistura/integral;
- 18.6.2. Sopa;
- 18.6.3. Um prato principal – de carne, peixe, dieta, vegetariano, vegan;
- 18.6.4. Uma sobremesa – fruta ou doce, à escolha;
- 18.6.5. Saladas variadas em regime de serviço livre, num total de seis espécies;
- 18.6.6. Água ou sumo diluído;

**18.7.** As quantidades para refeição completa, individual, normal, referindo-se a pesos brutos, devem cumprir a **“Tabela de Capitações e Especificações”**, segundo a orientação do Ministério da Educação/DGE

conforme o link <https://www.dge.mec.pt/noticias/educacao-saude/orientacoes-sobre-ementas-e-refeitórios-escolares-2018>.

- 18.8.** Nas ementas devem ser observadas as capitações constantes na “**Tabela de Capitações e Especificações**” e “**Lista dos Alimentos Autorizados**”, segundo a orientação do Ministério da Educação/DGE conforme o link <https://www.dge.mec.pt/noticias/educacao-saude/orientacoes-sobre-ementas-e-refeitórios-escolares-2018>
- 18.9.** As refeições devem ser fornecidas em perfeito estado de salubridade, de boa qualidade e de acordo com as boas técnicas de confeção e conservação;
- 18.10.** Na elaboração das ementas, devem ser tomadas em conta os métodos de confeção, os mesmos devem ser variados e adequados ao fornecimento, incluindo fritos apenas uma vez por semana;
- 18.11.** Na elaboração das ementas, devem ser tomadas em conta os seguintes aspetos:
- a) A ementa deverá ser acompanhada pela respetiva ficha técnica que indicará a composição da refeição, a matéria-prima utilizada, respetiva capitação e valor calórico, bem como a descrição do(s) método(s) de confeção e alergénios;
  - b) A ficha técnica deve estar obrigatoriamente arquivada em pasta própria, para consulta;
  - c) Quando devidamente justificadas, por prescrição médica ou por motivos religiosos, podem ser servidas ementas alternativas, mantendo-se, sempre que possível, a matéria-prima da ementa do dia;
  - d) Os alimentos que não constam na “**Lista dos Alimentos Autorizados**”, segundo a orientação do Ministério da Educação/DGE conforme o link <https://www.dge.mec.pt/noticias/educacao-saude/orientacoes-sobre-ementas-e-refeitórios-escolares-2018>, não podem ser utilizados na composição da ementa.
- 18.12.** O cocontratante destacará um elemento do seu pessoal para proceder ao controle das senhas de refeição e à cobrança dos valores devidos, quer manualmente, quer por métodos eletrónicos;
- 18.13.** O cocontratante emitirá um cartão magnético a todos os utentes, a custo zero, ou acesso a uma aplicação criada para o efeito, o qual fará o controlo de carregamento, registo de pedido de almoço, bem como o pagamento automático da refeição;
- 18.14.** O cocontratante deverá assegurar a existência de equipamentos de registo e emissão de documento de venda, nos termos legais;
- 18.15.** Os refeitórios funcionarão todos os dias úteis do ano, ficando o seu eventual encerramento condicionado com as paragens letivas da escola;
- 18.16.** As refeições deverão ser fornecidas nos seguintes horários:

	Horário almoço	Horário Jantar
Local 1	11:30-14:30	18:00-20:00
Local 2	11:30-14:30	19:00-19:30

- 18.17.** As refeições devem iniciar-se logo após a abertura do período respetivo, sem interrupção;
- 18.18.** Os horários de funcionamento podem vir a ser alterados, de acordo com os horários estabelecidos para os utentes;
- 18.19.** As refeições do pessoal do cocontratante só poderão acontecer fora dos períodos de funcionamento do refeitório e não devem ser realizadas na cozinha, mas sim na sala de refeições;
- 18.20.** Aos refeitórios poderão ter acesso os trabalhadores, os formandos de todas as escolas da Jobra, pessoal em serviço, visitantes e pessoal externo, devidamente autorizados e respeitando o sistema de pré-marcação de refeições;
- 18.21.** A entidade contratante não é responsável pela cobrança das refeições previamente marcadas e não consumidas.
- 18.22.** As refeições serão servidas em regime de “self-service”, sendo os alimentos empratados, na altura;
- 18.23.** No final da refeição, os utentes deverão colocar os tabuleiros nos locais destinados para esse fim;

## **19. EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES – LOCAL 1**

- 19.1.** Para apresentação de proposta, o cocontratante deverá prever equipar toda a instalação de refeitório do local 1 constituída por sala de refeição para um mínimo de lotação de 120 refeições, respetivo equipamento de mesas e cadeiras, cozinha e copa, como fornecimento da palamenta, indispensável ao apetrechamento do refeitório e restantes equipamentos afins, assegurando o cumprimento do HACCP e restantes normas do setor em vigor, sob pena de não serem aceites reclamações posteriores sobre eventuais deficiências nas instalações e dificuldade de funcionamento com o equipamento;
- 19.2.** O local 1 será a cozinha principal onde serão confeccionadas todas as refeições, quer do local 1 como do local 2.
- 19.3.** O cocontratante é responsável pela aquisição e colocação dos equipamentos móveis;
- 19.4.** Qualquer avaria que ocorra, é da responsabilidade do cocontratante, que procederá à sua reparação de imediato.
- 19.5.** É também da responsabilidade do cocontratante, a colocação e reposição de toda a palamenta necessária para a execução do serviço, durante a realização do contrato.
- 19.6.** São suportadas pelo cocontratante as despesas relativas a limpeza de vidros exteriores das instalações.
- 19.7.** As instalações, o equipamento e o material, deverão apresentar-se sempre em boas condições de higiene e conservação.
- 19.8.** A desinfestação das instalações afetas à prestação dos serviços, designadamente copa, cozinha, refeitório, dispensa e corredores, é da responsabilidade do cocontratante.
- 19.9.** O cocontratante é responsável pela guarda e pela correta utilização das instalações que lhe forem confiadas, respeitando as regras de segurança aplicáveis.

**19.10.** O cocontratante deve respeitar as normas em vigor na JOBRA, relativas à segurança e circulação de pessoas e bens;

**19.11.** Os géneros e bebidas rejeitadas pelo serviço, ou entidade fiscalizadora do cumprimento do contrato, devem ser prontamente substituídos pelo cocontratante.

**19.12.** Os produtos rejeitados devem ser imediatamente identificados e segregados para um local próprio para esse fim, por forma a evitar a contaminação cruzada de outros produtos alimentares. Sempre que seja considerado pertinente deve ser enviada amostra para análise em laboratório competente.

**19.13.** No caso de se verificar uma doença de origem alimentar (intoxicação, infeção ou outra) como resultado da ingestão de alimentos ou bebidas servidas no bar, ou no refeitório, o cocontratante é responsável pelo ressarcimento integral de todos os prejuízos daí emergentes e indemnizações a que possa haver lugar.

## **20. EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES – LOCAL 2**

**20.1.** A Jobra compromete-se a disponibilizar ao cocontratante o espaço, constituído por uma sala modular, destinado à distribuição das refeições aos alunos, localizado no LOCAL 2, devidamente equipado com a linha de apoio e de copa necessária à prestação do serviço;

**20.2.** As refeições serão confeccionadas no LOCAL 1 e devidamente acondicionadas e transportadas até ao LOCAL 2, respeitando as normas legais em termos de higiene, segurança e temperatura, a fim de serem servidas aos alunos dentro dos horários definidos; sendo da responsabilidade da entidade cocontratante;

**20.3.** Qualquer avaria que ocorra, decorrente da utilização dos equipamentos como a linha de apoio e a copa, é da responsabilidade do cocontratante, que procederá à sua reparação de imediato em articulação com JOBRA;

**20.4.** Será da responsabilidade da JOBRA equipar a sala do LOCAL 2 com o respetivo equipamento de mesas e cadeiras. Sendo da responsabilidade da entidade cocontratante o fornecimento da palamenta (grossa e fina), indispensável ao apetrechamento do refeitório e restantes equipamentos afins, como por exemplo os tabuleiros;

**20.5.** É também da responsabilidade do cocontratante, a colocação e reposição de toda a palamenta necessária para a execução do serviço, durante a realização do contrato;

**20.6.** As instalações, o equipamento e o material, deverão apresentar-se sempre em boas condições de higiene e conservação;

**20.7.** A desinfestação bem como a manutenção das instalações afetas à prestação dos serviços, designadamente copa e a linha de apoio, é da responsabilidade do cocontratante;

**20.8.** O cocontratante deve respeitar as normas em vigor na JOBRA, relativas à segurança e circulação de pessoas e bens;



**20.9.** Os géneros e bebidas rejeitadas pelo serviço, ou entidade fiscalizadora do cumprimento do contrato, devem ser prontamente substituídos pelo cocontratante;

**20.10.** Os produtos rejeitados devem ser imediatamente identificados e segregados para um local próprio para esse fim, por forma a evitar a contaminação cruzada de outros produtos alimentares. Sempre que seja considerado pertinente deve ser enviada amostra para análise em laboratório competente;

**20.11.** No caso de se verificar uma doença de origem alimentar (intoxicação, infeção ou outra) como resultado da ingestão de alimentos ou bebidas servidas no bar, ou no refeitório, o cocontratante é responsável pelo ressarcimento integral de todos os prejuízos daí emergentes e indemnizações a que possa haver lugar.

## **21. PESSOAL**

**21.1.** O pessoal a afetar à execução do objeto contratual será, no mínimo, de seis pessoas: 1 Encarregado A, 1 Despenseiro B, 1 Cozinheiro/a de 1ª e 3 Empregados de refeitório. Este número de pessoas não pode em caso algum, servir de justificação para a prestação de um serviço de menor qualidade e sem a celeridade que o mesmo exige, sendo que, sempre que tal se verifique, é da responsabilidade do cocontratante o reforço do mesmo.

**21.2.** O cocontratante é responsável por todas as obrigações relativas ao seu pessoal, pela disciplina e aptidão profissional do mesmo, bem como pela reparação de prejuízos por eles causados nas instalações.

**21.3.** Deverá o cocontratante promover ações de formação/informação teórica/prática, adequada ao pessoal, devendo a data e local da mesma ser comunicada à entidade adjudicante, para que este último possa participar/assistir através dos seus representantes.

As formações deverão incidir essencialmente sobre

- a) Sistema HACCP;
- b) Boas práticas de higiene alimentar;
- c) Boas práticas de higiene pessoal;
- d) Boas práticas ambientais e tratamento e separação de resíduos;
- e) Segurança no trabalho;

**21.4.** O pessoal deverá estar devidamente identificado e observar as regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e apresentar-se devidamente fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável ao pessoal da indústria hoteleira, pertencendo as respetivas sanções e encargos ao cocontratante.

**21.5.** O cocontratante obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal, mediante pedido fundamentado da JOBRA.

**21.6.** O cocontratante deve respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade alimentar, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas, por entidades oficiais.

**21.7.** No cumprimento do estabelecido no número anterior, o cocontratante obriga-se a afixar no local de trabalho os mapas de horário de trabalho.

**21.8.** O cocontratante obriga-se a não empregar, no fornecimento ora contratado, pessoas condenadas por crimes sexuais o envolvendo menores, a comprovar por certificado do registo criminal;

**21.9.** O cocontratante obriga-se a efetuar e a manter o seu pessoal coberto por um seguro de acidentes de trabalho e por um seguro de responsabilidade civil que cubra os danos causados pelos seus trabalhadores contra terceiros e intoxicações alimentares, remetendo à JOBRA cópia das respetivas apólices.

## **22. REGRAS DE SEGURANÇA AMBIENTAL**

**22.1.** No exercício da atividade decorrente do presente contrato, o cocontratante obriga-se ao cumprimento das regras de Segurança e Ambiente, imposta pela JOBRA e que se encontram descritas no **Anexo I - Regras de Segurança e Ambiente para Empresas**.

**22.2.** O cocontratante entregará à JOBRA o levantamento dos Aspetos Ambientais e a Identificação de Perigos e Avaliação e Controlo de Riscos, ou solicitará e dará permissão por escrito, à JOBRA, que se realize aqueles levantamentos e os entregue aos seus colaboradores.

**22.3.** Em todas as situações que não previstas no presente cadernos de encargos em matéria de HST e ambiente, deverá aplicar-se a respetiva legislação, devendo as ser analisadas caso a caso entre as partes.

## **23. AUDITORIAS AO CONTRATO**

**23.1.** O cocontratante autoriza que possam ser efetuadas verificações/auditorias de conformidade com a legislação nacional e comunitária em vigor.

**23.2.** É obrigação do cocontratante proceder à recolha de amostras testemunho dos alimentos que constituem as diversas refeições, em recipiente esterilizado, guardadas a 4°C durante um período de três dias. Além disso a JOBRA, reserva-se o direito de colher amostras dos artigos para análise em laboratórios competentes.

**23.3.** O cocontratante obriga-se a disponibilizar à JOBRA, para consulta, todos os documentos de suporte das análises e inspeções por si executadas, interna ou externamente.

Branca, 08 de julho de 2025  
A Direção da JOBRA

Filipe Marques  
(Presidente da Direção)

Filipe Vieira  
(Vice-Presidente)

## ANEXOS

Anexo I – Regras de Segurança e Ambiente para Empresas

## **REGRAS DE SEGURANÇA E AMBIENTE PARA EMPRESAS EXTERNAS**

Esta Publicação é válida para colaboradores de Empresas Externas que prestam serviços nas instalações da JOBRA.

A Empresa Externa deve nomear um colaborador responsável pelo cumprimento desta norma.

O departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde, deve fazê-la cumprir, nos casos que lhe diz respeito.

### **1 – Regras de Segurança**

#### **1.1 – Medidas de prevenção**

É obrigatório o uso do documento de identificação na JOBRA.

A circulação com veículos nos espaços da JOBRA só é permitida para cargas e descargas. A velocidade máxima permitida é de 5 KM/h.

Devem ser cumpridas as indicações de proibição, em todas as instalações da JOBRA (edifícios/núcleos de formação), de fumar e foguear. Só é permitida a entrada nas instalações da JOBRA (edifícios/núcleos de formação) quando existir a necessidade de efetuar alguma operação de manutenção/substituição de equipamento.

Em todos os trabalhos devem ser respeitadas as normas internas, instruções gerais e específicas de segurança que são fornecidas pelo DQASO ou pelos Técnicos de Segurança e Higiene/Trabalhador Designado, em articulação com a Área de Instalações e Equipamentos.

No caso de trabalhos perigosos (como trabalhos realizados com chama, temperaturas elevadas, alta tensão e em altura) é necessária a obtenção de uma Nota de Autorização. A realização dos trabalhos terá de ser acordada com o Técnico de Segurança e Higiene/Trabalhador Designado da U. O., e só iniciados na presença deste, sob supervisão do DQASO, ou de outro colaborador previamente indicado.

Só devem ser utilizadas máquinas e equipamentos que cumpram com a Diretiva Máquinas e a Diretiva Equipamentos de Trabalho.

O uso de equipamentos de proteção Individual, tais como óculos, luvas, botas, e outros, é obrigatório e é da responsabilidade da Empresa Externa. As Saídas de Emergência e Vias de Circulação devem estar livres de obstáculos, não sendo permitida a obstrução das mesmas com o material que possam estar a utilizar.

#### **1.2 – Como proceder em caso de emergência**

Se for detetada alguma situação de emergência, como incêndio, derrames, ameaça de bomba ou outros, ou se soar o sinal de alarme não entre em pânico. Siga as instruções definidas na Planta de Emergência. Abandone imediatamente as instalações da JOBRA e dirija-se para o Ponto de Encontro.

#### **1.3 – Acidentes e Incidentes**

No caso de ocorrência de um acidente ou incidente deve contactar, de imediato, com o Técnico de Segurança e Higiene/Trabalhador Designado da U. O., para seguir o procedimento normal.

## **2 – Regras Ambientais**

### **2.1 - Resíduos**

A Empresa Externa, antes de iniciar os trabalhos deverá avaliar todos os tipos de resíduos que resultarão da sua atividade e acordar com o Representante da Qualidade e Ambiente, em articulação com o DQASO, o destino apropriado.

Deverá manter as áreas de intervenção limpas e arrumadas.

No caso de produzir um resíduo não incluído no Sistema de Gestão de Resíduos da JOBRA, deverá a Empresa Externa dar-lhe o destino adequado, pois este é da sua inteira responsabilidade.

### **2.2 – Produtos químicos**

Antes do Início dos trabalhos a Empresa Externa deverá entregar ao colaborador interno a lista de produtos que tenciona utilizar nas instalações da Jobra e os respetivos símbolos de perigo.

Todas as embalagens de produtos devem estar identificadas e em boas condições para evitar a ocorrência de derrames.

Após utilização, deverá a Empresa Externa retirar os produtos das instalações da JOBRA.

### **2.3 – Águas residuais**

É expressamente proibida a descarga de quaisquer águas residuais e/ou produtos químicos para o saneamento básico.

### **2.4 – Recursos naturais e energia**

Não deve ser desperdiçada água e energia, assegurando que as torneiras e válvulas ficam bem fechadas e os equipamentos elétricos são desligados após a sua utilização.

### **2.5 – Emissões para a atmosfera**

Sempre que possível os equipamentos que possam emitir poluentes atmosféricos devem ser desligados.

### **2.6 – Ruído**

Deve ser assegurado que todos os trabalhos que originem ruído não afetem as pessoas que se encontram nas proximidades e que os equipamentos sejam desligados quando estes não estiverem a ser utilizados, cumprindo a legislação em vigor.

### **2.7 – Acidentes e incidentes ambientais**

No caso de ocorrência de um acidente ou incidente (por exemplo: derrame) deve ser contactado de imediato o Representante da Qualidade e Ambiente por forma a serem tomadas as medidas corretivas necessárias.